



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
X CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA – 1ª ETAPA

Cuiabá – Mato Grosso

20 de agosto de 2005

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões **após decorridas 2 (duas) horas.**
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito relativo à primeira prova escrita será divulgado logo após a sessão pública de divulgação do resultado, o qual será afixado na portaria principal do prédio do TRT da 23ª Região e disponibilizado via Internet no endereço eletrônico www.trt23.gov.br.
11. A sessão pública de identificação das provas e divulgação do resultado ocorrerá no dia 23/08/2005, a partir das 18 horas, na nova sede do TRT da 23ª Região, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 3355 – Centro Político e Administrativo.

COMISSÃO DE CONCURSO

QUESTÃO 1:

Marque a afirmativa correta:

- a) No dissídio coletivo de natureza econômica a sentença normativa observará como parâmetros as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente;
- b) O registro da entidade sindical no Cartório de Pessoas Jurídicas e no Ministério do Trabalho, confere-lhe personalidade jurídica, além de assegurar o direito de atuar em juízo para fins de interposição de Dissídio Coletivo;
- c) No Direito do Trabalho, à semelhança do restante do universo jurídico, a hierarquia entre normas jurídicas é rígida e inflexível, não podendo uma norma inferior (Lei, por exemplo) regular a relação empregatícia de modo distinto de uma norma superior (Constituição, por exemplo). Também não poderá uma norma autônoma prevalecer sobre uma norma heterônoma estatal;
- d) A norma empresarial expedida na vigência do contrato, só atingirá o empregado cuja admissão lhe é posterior. Trata-se do princípio da aderência ao contrato das cláusulas vigentes à época da contratação.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 2

Se no curso da relação de emprego nova norma legal, imperativa, iniciar sua vigência, pode-se dizer corretamente que:

- a) não afetará os contratos firmados anteriormente;
- b) tem aplicação imediata aos contratos existentes, salvo estipulação diversa oriunda da vontade das partes;
- c) operará imediatamente alterando as condições ajustadas que não atendam às suas disposições, ainda que contra a vontade das partes;
- d) tornará nulo o contrato de trabalho;
- e) regerá, somente, as relações jurídicas ajustadas após o advento da norma legal, respeitado o princípio de autonomia da vontade.

QUESTÃO 3

A convenção coletiva de trabalho, segundo a legislação pátria, aplica-se:

- a) a todos os trabalhadores e empregadores localizados na base territorial dos sindicatos convenientes;
- b) às relações individuais de trabalho no âmbito da representação dos sindicatos convenientes;
- c) apenas aos trabalhadores sindicalizados membros da categoria profissional representada pelo sindicato obreiro, em respeito à liberdade de filiar ou desfiliação a sindicato, conforme consagrado pela Constituição;
- d) aos empregados de categoria econômica que incluam trabalhadores representados pelo sindicato conveniente obreiro, ainda que o sindicato representante desses empregadores não tenha celebrado a convenção;
- e) aos trabalhadores membros de associação não-sindical, que tenham sido representados por ela na convenção.

QUESTÃO 4

Empregado celetista de Município, contratado regularmente há mais de dois anos, foi despedido com acerto rescisório efetuado sem assistência e homologação sindical. O trabalhador não reconheceu a quitação. Neste contexto assinale a alternativa correta:

- a) A quitação, sem as formalidades legais, é de nenhum efeito;
- b) A quitação é válida porque o empregado tinha menos de 10 anos de serviço podendo ser dispensado;
- c) A quitação é válida porque o ato goza de presunção relativa de veracidade por emanar do poder público;
- d) Tendo em vista que o crédito trabalhista é privilegiado e o empregado hipossuficiente, é exigível a homologação em quitação dos haveres de todos os empregados com mais de um ano de contrato;
- e) a quitação somente é válida se houver a homologação na Delegacia Regional do Trabalho ou do Sindicato, se houver.

QUESTÃO 5

A dispensa de empregado dirigente sindical:

- a) poderá ocorrer se houver expressa autorização do sindicato a que esteja vinculado;
- b) independe de formalidade legal, desde que satisfeita e paga indenização em dobro do tempo da estabilidade;
- c) opera efeitos, independentemente de pronunciamento judicial;
- d) pressupõe o cometimento de falta grave devidamente apurada;
- e) somente é possível após o encerramento do mandato, ante a garantia constitucional da liberdade de atuação do dirigente sindical.

QUESTÃO 6

Quanto às distinções entre o dissídio individual comum e o inquérito para apuração de falta grave é correto afirmar que:

I - Ambos se instauram por provocação da parte, mediante petição que pode ser escrita ou verbal;

II - No inquérito para apuração de falta grave as custas deverão ser pagas, pelo empregador, antes da sentença, enquanto no dissídio individual comum as custas serão pagas por quem sofrer esta condenação, recolhidas após a sentença, salvo se houver concessão de gratuidade da justiça;

III - No inquérito para apuração de falta grave há prazo decadencial para sua propositura; no dissídio individual comum não;

IV - Nos dissídios individuais comuns e no inquérito para apuração de falta grave cada uma das partes não poderá indicar mais de 3 testemunhas.

Diante das afirmativas mencionadas assinale:

- a) se apenas as afirmativas II e III forem corretas;
- b) se apenas a afirmativa III for incorreta;
- c) se apenas a afirmativa IV for incorreta;
- d) se apenas as afirmativas I e III forem corretas;
- e) se todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 7

Apresentada exceção de incompetência do Juízo perante a Vara do Trabalho, é assegurado prazo de contestação ao excepto de:

- a) cinco dias;
- b) oito dias;
- c) quarenta e oito horas;
- d) vinte e quatro horas;
- e) vinte minutos.

QUESTÃO 8

Em recurso ordinário o empregado recorrente argúi nulidade da sentença sob argumento de que o Juiz lhe cerceou o direito de defesa ao indeferir o pedido de oitiva de testemunha, vindo a julgar a ação contra o empregado. Na ata da audiência, o empregado-recorrente não fez constar qualquer protesto e a ação versava sobre a aplicação de cláusula de dissídio coletivo, matéria de mera interpretação. Quanto ao procedimento de indeferimento da prova oral é correto afirmar que:

- a) houve efetivo cerceio na produção da prova causando nulidade processual a partir daí;
- b) a nulidade existente afeta apenas a sentença, devendo os autos retornar à origem para que nova sentença seja prolatada;
- c) somente haveria nulidade se o prejuízo fosse a ambos os litigantes;
- d) a ausência de protesto imediato após o indeferimento da prova testemunhal tornou preclusa a arguição de nulidade;
- e) não há nulidade no caso porque a controvérsia estava restrita a tema de direito e de natureza interpretativa.

QUESTÃO 9

Em ação de cumprimento foi alegada em defesa, de forma preliminar, a ausência do trânsito em julgado da sentença normativa. Considerando a legislação vigente e a jurisprudência consolidada assinale a decisão do juiz que seria correta:

- a) repelir a arguição preliminar por considerar que é dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para propositura da ação de cumprimento;
- b) acolher a arguição preliminar por considerar que é indispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento;
- c) considerar indispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento, e fixar prazo de 10 dias para que o autor possa demonstrá-lo;
- d) considerar indispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura de ação de cumprimento, e fixar o prazo de 5 dias para que o autor possa demonstrá-lo;
- e) considerar dispensável o trânsito em julgado mas determinar a garantia o juízo, antes da sentença, em virtude da provisoriedade da sentença normativa.

QUESTÃO 10

Analise as questões abaixo e, após, assinale a resposta correta:

- a)** Tecnicamente, a compensação, no Processo de Trabalho, não pode ser argüida, originariamente em recurso ordinário. Já a prescrição poderá ser argüida em razões do recurso ordinário ou até mesmo no respectivo recurso adesivo;
- b)** Admitindo o Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho o recurso de revista apenas quanto a parte das matérias veiculadas, deve o recorrente interpor o respectivo agravo de instrumento para o TST, sob pena de preclusão quanto à parte não admitida das matérias;
- c)** O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, onde cabe, no prazo de oito dias, nas exclusivas hipóteses de interposição de recurso ordinário, agravo de petição e recurso de revista;
- d)** Determinado o "arquivamento da reclamação", por ausência do reclamante à audiência, não poderá o autor interpor recurso ordinário por absoluta incompatibilidade com o desinteresse manifestado implícito na ausência. O princípio de proteção ao hipossuficiente, entretanto, conduziu a lei a autorizar nova propositura da reclamação;
- e)** Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 11

Sob a ótica do processo civil, analise as afirmativas e, ao final, assinale a opção correta:

- I** - O fiador judicial tem legitimidade para embargar a arrematação ou a adjudicação dos bens que lhe pertencem.
- II** - Os embargos à arrematação ou à adjudicação devem ser oferecidos antes de assinado o auto.
- III** - O fiador judicial que indicou bens do devedor à penhora, não tem legitimidade para embargar a arrematação ou a adjudicação desses bens.
- IV** - A matéria a ser alegada nos embargos à arrematação ou à adjudicação poderá versar sobre excesso de execução.
- V** - A matéria a ser alegada nos embargos à arrematação ou à adjudicação deve dizer respeito a fato superveniente à penhora.

- a)** apenas a afirmativa I está correta;
- b)** apenas as afirmativas II e IV estão corretas;
- c)** apenas as afirmativas I, III e V estão corretas;
- d)** todas as afirmativas estão corretas;
- e)** nenhuma proposição está correta.

QUESTÃO 12

Em matéria de embargos de terceiro, é correto afirmar que:

I - O devedor, em nenhuma hipótese, tem legitimidade para ajuizá-los, eis que não é terceiro.

II - O devedor tem legitimidade para ajuizá-los quando o bem objeto da constrição encontra-se em seu poder, mas pertence a terceiro.

III - O terceiro, para recorrer da decisão de embargos que lhe foi desfavorável, terá de efetuar o depósito recursal.

IV - O cônjuge não tem legitimidade para ajuizá-los.

- a) somente a afirmativa I é correta;
- b) somente as afirmativas I, II e III são corretas;
- c) somente as afirmativas I, III e IV são corretas;
- d) somente as afirmativas II e IV são corretas;
- e) somente a afirmativa II é correta.

QUESTÃO 13

Analise as afirmativas abaixo, que se referem ao processo civil, e, ao final, assinale a opção correta:

I - Pode o autor, desde que com o consentimento do réu, substituir o procedimento sumário pelo ordinário, naqueles casos em que a lei manda observar o primeiro.

II - O emprego do procedimento ordinário ao invés do sumário não é causa de nulidade no processo.

III - No procedimento sumário, são vedadas, sem exceção, todas as formas de intervenção de terceiros.

IV - No procedimento sumário, o não comparecimento do réu à audiência de conciliação, sem justificativa, importa em confissão quanto aos fatos alegados pelo autor na inicial.

V - As causas de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico se incluem no elenco das causas sujeitas ao rito sumário.

- a) todas estão corretas;
- b) são corretas apenas as afirmativas de I a III;
- c) são corretas apenas as afirmativas de III a V;
- d) são corretas apenas as afirmativas I e III;
- e) são corretas apenas as afirmativas II, IV e V.

QUESTÃO 14

Quanto ao processo de execução é falso afirmar que:

- a) o benefício de ordem é aquele que autoriza o terceiro responsável ou o sócio a pedir que primeiro sejam excutidos os bens do devedor, ou da sociedade, antes de executados seus próprios bens;
- b) a execução de obrigação de fazer no processo civil pode se basear em título judicial ou extrajudicial;
- c) o único imóvel residencial próprio pode ser penhorado para atender créditos trabalhistas decorrentes da relação de emprego doméstico;
- d) não é possível a execução de obrigação e prestar declaração de vontade, porque a declaração, nessa hipótese, estaria viciada pela coação judicial, só sendo possível, no caso, a execução pelo equivalente pecuniário;
- e) apresentada a conta de liquidação, por cálculos, pelo credor, quando os valores apontados forem, evidentemente, excessivos e onerosos, o devedor poderá, por simples petição, impugnar tais cálculos, independentemente de garantir o juízo e de opor embargos.

QUESTÃO 15

Assinale a afirmativa correta:

- a) O controle difuso da constitucionalidade das leis é exercido pelo Juízes e Tribunais, exceto o Supremo Tribunal Federal, que exerce apenas o controle concentrado;
- b) O controle concentrado da constitucionalidade das leis é exercido pelo Supremo Tribunal Federal mediante provocação de qualquer Tribunal;
- c) O controle difuso da constitucionalidade das leis é exercido pelos Juízes e Tribunais, incluindo-se o Supremo Tribunal Federal;
- d) O controle concentrado da constitucionalidade das leis é exercido pelo Supremo Tribunal Federal através dos recursos próprios;
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

QUESTÃO 16

Observada a legislação vigente, marque a afirmativa incorreta:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
- b) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
- c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;
- d) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundações, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
- e) o direito de greve é assegurado ao servidor público civil nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

QUESTÃO 17

Estabelece a Constituição Federal que “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. Analise as afirmativas abaixo e, ao final, marque a opção correta:

I – Agente é todo servidor público, abrangendo, para fins de responsabilidade civil, todas as pessoas incumbidas de realização de algum serviço público, em caráter permanente ou transitório.

II - O dispositivo exclui para fins de responsabilidade civil o particular a quem foi transferida a execução de uma obra ou de um serviço originariamente público.

III - O dispositivo firmou o princípio da responsabilidade sem culpa pela atuação lesiva dos agentes públicos em sentido amplo.

IV - O dispositivo exclui da aplicação do princípio da responsabilidade sem culpa as pessoas físicas e as jurídicas que exerçam funções públicas delegadas.

- a) somente são corretas as afirmativas I e II;
- b) somente são corretas as afirmativas II e IV;
- c) somente são corretas as afirmativas I e III;
- d) somente é correta a afirmativa I;
- e) somente é correta a afirmativa III.

QUESTÃO 18

Assinale a afirmativa incorreta:

a) a competência para celebrar convenções e tratados em nosso país é do Presidente da República, sujeito a referendo do Congresso Nacional;

b) a convenção, no campo internacional, tem vigência indeterminada, podendo ser objeto de revisão;

c) a convenção internacional do trabalho é multilateral e permanece aberta à ratificação dos Estados-membros da OIT;

d) as recomendações, como as convenções, podem ser ratificadas pelos Estados-membros da OIT;

e) as convenções e recomendações são materialmente iguais, distinguindo-se, porém, quanto aos efeitos jurídicos.

QUESTÃO 19

Analise as afirmativas abaixo e marque, ao final, a resposta correta.

Quanto à aplicação da lei estrangeira em território nacional, a lei brasileira:

I – a admite quando se tratar de obrigações constituídas no estrangeiro.

II – a admite apenas quando houver previsão contratual a respeito.

III – atribui-lhe eficácia plena apenas quando se tratar de contratos em que são cidadãos portugueses.

IV – a admite em se tratando de obrigação a ser executada no Brasil e dependente de forma especial, mas apenas quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

Responda:

- a) estão corretas apenas as assertivas I e III;
- b) estão corretas apenas as assertivas I e IV;
- c) estão corretas apenas as assertivas III e IV;
- d) estão corretas apenas as assertivas II e III;
- e) todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa correta:

- a) A inviolabilidade assegurada ao cônsul é extensiva às pessoas de sua comitiva;
- b) A Convenção de Viena assegura aos representantes consulares a isenção de impostos indiretos, especialmente os incidentes sobre consumo;
- c) Os cônsules têm funções meramente comerciais e não gozam de qualquer prerrogativa, salvo a inviolabilidade da residência oficial e os arquivos consulares;
- d) O Estado, por interesse próprio, pode se recusar a permitir cônsules estrangeiros em determinadas localidades de seu território;
- e) Somente os cônsules de carreira podem chefiar repartições consulares.

QUESTÃO 21

Examine as afirmações a seguir relacionadas e em seguida responda à indagação abaixo:

I - A condição resolutiva da obrigação pode ser expressa, ou tácita; operando, no primeiro caso, de pleno direito, e por interpelação judicial, no segundo.

II - Subordinando-se a eficácia do ato à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

III - Em sendo suspensiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o ato jurídico, podendo exercer-se desde o momento deste o direito por ele estabelecido; mas verificada a condição, para todos os efeitos, se extingue o direito a que ela se opõe.

Sobre as proposições acima é correto afirmar:

- a) todas são falsas.
- b) as afirmações I e III são falsas.
- c) as afirmações II e III são falsas.
- d) as afirmações I e II são falsas.
- e) nenhuma das respostas acima.

QUESTÃO 22

Proposta de Emenda Constitucional de iniciativa do Presidente da República é regularmente aprovada na Câmara dos Deputados e enviada ao Senado Federal onde, após dois turnos de votação, é aprovada por maioria absoluta e promulgada pelo Presidente do Senado, sessenta dias depois. A Emenda Constitucional, no caso, é:

- a) formalmente inconstitucional, por inobservância do quorum constitucionalmente previsto.
- b) materialmente inconstitucional, por vício de iniciativa.
- c) formal e materialmente inconstitucional, por vício de procedimento.
- d) materialmente inconstitucional, por promulgação intempestiva.
- e) parcialmente inconstitucional, porque o Senado Federal não observou totalmente o procedimento de elaboração de emendas constitucionais.

QUESTÃO 23

As contribuições sociais para manutenção da seguridade social dos trabalhadores em geral são instituídas pela União

PORQUE

é competência da União criar contribuições sociais de qualquer natureza, sem qualquer ressalva.

Analise as duas afirmativas acima e marque, abaixo, a opção correta:

- a) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- b) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- c) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- e) se as duas são falsas.

QUESTÃO 24

Assinale a afirmativa correta:

- a) O provimento de cargos públicos mediante ascensão, observada a compatibilidade de funções e o concurso na primeira investidura, continua válido no regime constitucional em vigor, que também valoriza o princípio da eficiência no serviço público.
- b) A transformação, o reenquadramento, a redistribuição e a transferência de cargos são formas de provimento totalmente abolidas pela atual Constituição, pois representam formas de provimento em cargo diverso daquele para o qual o servidor público prestou concurso.
- c) A lei pode, para evitar a redução dos vencimentos, determinar o reenquadramento de servidor que está em desvio de função há mais de cinco anos, desde que tenha ingressado no serviço público regularmente, por concurso.
- d) A exigência da aprovação prévia em concurso público para a investidura em cargo ou emprego aplica-se a todos os entes públicos da administração indireta, exceto as empresas públicas e as sociedades de economia mista, que estão submetidas a regime jurídico próprio.
- e) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, improrrogável segundo o novo regime.

QUESTÃO 25:

Assinale a afirmativa correta:

- a) O Presidente da República não pode, sem invasão indevida de uma competência privativa do Congresso Nacional, expedir medida provisória sobre a mesma matéria disciplinada em projeto de lei que tramita no Congresso Nacional.
- b) As contribuições para a seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias, contando-se o prazo a partir da veiculação da medida provisória que as tiver instituído, desde que tenha sido convertida em lei.
- c) Os pressupostos de relevância e urgência para a edição de medida provisória têm caráter político, sendo imunes ao controle jurisdicional, salvo pela via do controle concentrado de inconstitucionalidade.
- d) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, não estando sujeito ao controle externo do Tribunal de Contas.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 26

Nas obrigações alternativas, o direito de escolha:

- a) Não havendo estipulação, cabe ao devedor;
- b) Não cumprida a obrigação, passa automaticamente ao credor;
- c) Retorna ao devedor, quando não interpelado judicialmente o credor ao término do prazo contratual;
- d) Inexistindo cláusula em contrário, pertence ao credor, que deverá exercê-lo após prévia notificação do devedor.
- e) Se todas as prestações se tornarem impossíveis por culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.

QUESTÃO 27

Assinale a afirmativa correta:

- a) O litisconsórcio passivo facultativo não é admissível em demandas promovidas em regime de substituição processual.
- b) Ao substituto processual é facultado praticar, no processo, atos de desistência de prova e de renúncia do direito.
- c) A oposição é meio de defesa, no processo, pelo denunciado à lide e pelo nomeado à autoria.
- d) Em caso de litisconsórcio passivo facultativo a revelia operada quanto a um réu reflete, automaticamente, sobre o remanescente.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 28

Assinale a afirmativa correta:

- a) A execução para entrega de coisa não pode fundar-se em título executivo extrajudicial.
- b) Nas execuções previstas no Código de Processo Civil, a multa diária, como meio executivo, só é cabível em se tratando de obrigação de fazer ou de não fazer.
- c) Apenas nas execuções para cobrança de quantia certa é aplicável multa por ato atentatório à dignidade da justiça.
- d) O juiz proibirá o executado de falar nos autos se, depois de advertido, persistir em contuda indevida.
- e) Somente mediante requerimento do interessado poderá o juiz ordenar o comparecimento das partes em juízo, no processo de execução.

QUESTÃO 29

Assinale a afirmativa correta:

- a) A previdência social no Brasil é organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, devendo ser observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) O sistema previdenciário oficial pode cobrir eventos de doença, invalidez, morte, idade avançada, auxílio educação e moradia.
- c) É absolutamente vedada a adoção, pela previdência social oficial, de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos seus beneficiários.
- d) Todos os salários de contribuição considerados para cálculo de benefícios da previdência social oficial devem ser atualizados por índices reais de correção monetária, mesmo diversos dos previstos na lei ordinária.
- e) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

QUESTÃO 30

No regime geral da Previdência Social:

- a) A dependência econômica dos pais do segurado é sempre presumida.
- b) A dependência econômica dos filhos do segurado é sempre presumida.
- c) A dependência econômica da companheira ou do companheiro do segurado deve ser comprovada.
- d) A dependência econômica do filho inválido, maior de 21 anos, é presumida.
- e) A dependência econômica do irmão inválido, maior de 21 anos, é presumida.

QUESTÃO 31

Quanto ao salário-de-contribuição para fins da Previdência Social, é correto afirmar que:

- a)** é o salário percebido pelo empregado, excluídos os ganhos habituais sob forma de utilidades.
- b)** é o salário declarado pelo empregador.
- c)** é o salário sobre o qual incide a contribuição para a Previdência Social, observados os limites mínimo e máximo previstos em lei.
- d)** constitui a referência para apuração do salário-de-benefício que define, inclusive, o valor do salário-família.
- e)** Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 32

A norma oriunda de Emenda Constitucional tem incidência imediata, salvo expressa disposição em contrário. Neste contexto é correto afirmar que esta norma:

- a)** não tem efeito retroativo e revoga o ordenamento jurídico anterior a ela contrário;
- b)** seus efeitos retroagem ao momento de edição da Constituição;
- c)** provoca a inconstitucionalidade superveniente da norma constitucional por ela alterada.
- d)** não afeta a constitucionalidade do ordenamento jurídico anterior, mesmo quando contrário às suas disposições.
- e)** alcança os atos anteriores à sua vigência.

QUESTÃO 33

Assinale a afirmativa incorreta:

- a)** no caso de projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, submetido ao regime de urgência, não correm os prazos constitucionais fixados, se o Congresso estiver em recesso.
- b)** não havendo deliberação sobre o veto presidencial no prazo de trinta dias a contar de seu recebimento, ficam sobrestadas as demais proposições, até a votação final do veto.
- c)** projeto de lei de iniciativa popular deve, sempre, ser apreciado inicialmente pela Câmara dos Deputados.
- d)** apenas o Supremo Tribunal Federal, dentre os tribunais superiores, goza do poder de iniciativa de leis.
- e)** segundo a Constituição brasileira, a iniciativa das leis pode ser coletiva ou individual, concorrente ou reservada.

QUESTÃO 34

Expedir regulamento de lei é faculdade do Poder Executivo classificada como:

- a) discricionária, autônoma, imotivada, sujeita somente ao controle jurisdicional de legalidade.
- b) vinculada, motivada e sujeita a controles político e jurisdicional.
- c) própria e inerente à sua função, independe de previsão legal, mas o Congresso Nacional pode suspender a execução do regulamento que exorbite do poder regulamentar.
- d) discricionária, mas depende, sempre, de previsão legal expressa e é sujeita a controle jurisdicional de mérito e de legalidade.
- e) discricionária, autônoma, independe de previsão legal e nunca pode sofrer controles políticos ou controle de mérito.

QUESTÃO 35

Considerando que os Juízes do Trabalho gozam da garantia da inamovibilidade assegurada pela Constituição brasileira aos magistrados em geral, é correto afirmar que:

- a) não poderão, em qualquer caso, ser removidos de seus cargos.
- b) poderão ser removidos na forma que dispuser a lei.
- c) somente poderão ser removidos na forma prévia e expressamente estabelecida na Constituição.
- d) poderão ser removidos na forma estabelecida no respectivo Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho ao qual estiverem vinculados.
- e) poderão ser removidos, apenas, mediante sentença judicial.

QUESTÃO 36

A responsabilidade civil do empregador, por danos causados a seus empregados, em decorrência de acidente de trabalho:

- a) é subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa do empregador.
- b) é totalmente absorvida pela indenização previdenciária, nada sendo devido pelo empregador.
- c) exige comprovação cabal de dolo ou culpa grave do empregador.
- d) é objetiva.
- e) é subjetiva, cabendo, porém, ação regressiva contra o instituto de previdência para o empregador se ressarcir do que houver pago ao empregado ou a seus herdeiros.

QUESTÃO 37

Considerando os princípios que regem a Seguridade Social é correto afirmar que:

- a) a concessão dos benefícios deve atender à lei da época do fato e está vedada a redução nominal do valor dos benefícios.
- b) a concessão dos benefícios deve atender à lei mais benéfica e o valor dos benefícios deve sofrer reajustes anuais.
- c) a criação de novos benefícios é vedada e o valor dos benefícios deve ser mantido segundo a data da concessão.
- d) os benefícios previdenciários são mantidos com exclusividade pelas contribuições sociais e o valor dos benefícios deve manter o poder aquisitivo inicial.
- e) nenhum benefício poderá ser majorado sem a correspondente fonte de custeio parcial e o valor dos benefícios deve acompanhar os reajustes do salário mínimo.

QUESTÃO 38

Em relação aos dependentes do regime geral da previdência social, é correto afirmar que:

- a) o segurado pode designar pessoa menor de 21 anos ou maior de 60 anos ou inválida como dependente.
- b) o benefício é pago à filha solteira cessando apenas com o casamento ou união estável.
- c) o enteado somente se equipara a filho mediante declaração judicial.
- d) o irmão inválido pode ser designado como dependente desde que atendidas as condições legais.
- e) Todas as afirmativas anteriores são falsas.

QUESTÃO 39

Na forma da lei, as receitas abaixo descritas compõem o orçamento da Seguridade Social, exceto:

- a) as contribuições sociais incidentes sobre valores arrecadados em loterias, segundo percentuais fixados em lei.
- b) as contribuições sociais incidentes sobre faturamento e lucro das empresas.
- c) as receitas da União.
- d) as contribuições sociais dos empregadores domésticos.
- e) as contribuições sociais incidentes sobre valores de doações para fundos beneficentes.

QUESTÃO 40

Assinale a afirmativa incorreta:

- a) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- b) O credor pode cobrar o pagamento da dívida de um, de alguns ou de todos os devedores solidários. Com o ajuizamento de ação de cobrança haverá implícita renúncia da solidariedade contra os devedores que não integraram como réus a ação.
- c) O remissão parcial obtida por um dos devedores solidários não aproveita aos demais devedores, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.
- d) As empresas integrantes de um mesmo grupo econômico são solidariamente responsáveis pelas obrigações trabalhistas.
- e) Cada um dos credores solidários tem o direito de exigir do devedor o cumprimento da obrigação por inteiro e aquele que tiver recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

QUESTÃO 41

Assinale a afirmativa incorreta:

- a) Qualquer interessado na extinção de dívida, ainda que não devedor, pode pagá-la, mesmo que o credor a isso se oponha;
- b) O terceiro não interessado está sempre autorizado a pagar dívida do devedor subrogando-se nos direitos do credor;
- c) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa mas pode consentir em recebê-la.
- d) No pagamento de prestações periódicas, o pagamento da última faz presumir a quitação das anteriores.
- e) O credor pode cobrar a dívida antes do seu vencimento se o imóvel dado em garantia hipotecária pelo devedor sofrer penhora em execução movida por outro credor.

QUESTÃO 42

Assinale a afirmativa incorreta:

- a) A confusão é modalidade extintiva de obrigação e ocorre quando a mesma pessoa adquire a qualidade de credor e de devedor.
- b) Se cessar a confusão entre credor e devedor a obrigação se restabelece.
- c) A remissão de dívida exige aceitação pelo devedor.
- d) Dá-se a novação quando o devedor contrai com o credor nova dívida.
- e) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis e a diferença de causa nas dívidas, salvo as exceções legais, não impede a compensação.

QUESTÃO 43

Na forma do Código Civil vigente, são incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, exceto:

- a) os ébrios habituais;
- b) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
- c) os pródigos;
- d) os menores de dezesseis anos;;
- e) os viciados em tóxicos.

QUESTÃO 44

Considerando os atos administrativos vinculados e discricionários, assinale a afirmativa correta:

- a) O Poder de Polícia é sempre vinculado.
- b) No exercício do poder disciplinar a Administração pode agir discricionariamente, quer para apurar a infração, quer para aplicar as penalidades.
- c) No exercício do poder disciplinar, a Administração não tem liberdade de escolha, de modo que, tendo conhecimento da falta, deve instaurar o procedimento adequado.
- d) Atendidos os pressupostos próprios para a prática do ato vinculado, a Administração não dispõe de liberdade de não praticá-lo, salvo no que se refere ao critério de conveniência.
- e) A discricionariedade é a liberdade de agir da Administração, podendo ingressar na esfera da arbitrariedade, para a proteção de interesse público.

QUESTÃO 45

São benefícios previdenciários sempre isentos do período de carência:

- a) A aposentadoria especial e a pensão por morte.
- b) auxílio-doença e salário-maternidade.
- c) O auxílio-reclusão e o auxílio-acidente.
- d) A aposentadoria voluntária e aposentadoria especial.
- e) O salário-família e a aposentadoria por invalidez.

QUESTÃO 46

A medida provisória pode versar sobre as seguintes matérias:

- a) nacionalidade e direitos políticos, desde que amparada em relevância e urgência;
- b) direito penal e processual civil;
- c) que vise o seqüestro de poupança popular;
- d) carreira dos membros do Poder Judiciário;
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

QUESTÃO 47

A vigência de tratado internacional no Brasil, está condicionada à sua:

- a) ratificação pelo Senado Federal.
- b) ratificação pelo Congresso Nacional.
- c) ratificação internacional pelo Presidente da República.
- d) aprovação pelo Congresso Nacional, por um Decreto Legislativo.
- e) promulgação pelo Presidente da República.

QUESTÃO 48

Analise as afirmativas abaixo e marque a correta:

- a) O prazo decadencial fixado em lei não pode ser renunciado por aquele a quem beneficia.
- b) A prescrição pode ser acolhida, de ofício, pelo juiz e o conhecimento de decadência depende de arguição pelo interessado.
- c) O interessado, que não seja o devedor, não tem legitimidade para interromper o curso do prazo prescricional.
- d) O devedor pode elastecer o prazo prescricional em favor do credor, podendo as partes firmar acordo para tanto.
- e) O crédito trabalhista do empregado menor submete-se às regras gerais de prescrição.

QUESTÃO 49

Quanto ao trabalho do menor é incorreto afirmar que:

- a) O responsável legal do menor pode pleitear a extinção do contrato de trabalho do menor, desde que o serviço possa acarretar para ele prejuízos de ordem física ou moral;
- b) É vedado o trabalho noturno para o menor.
- c) O empregador, cuja empresa mantenha contrato de trabalho com menor, será obrigado a conceder-lhe o tempo que for necessário para a frequência às aulas.
- d) O menor pode firmar os recibos de pagamento de salário bem como dar quitação por verbas rescisórias.
- e) É vedado ao menor a prestação de serviços em ambiente insalubre.

QUESTÃO 50

Na forma do CPC são causas que admitem a rescisão da sentença de mérito transitada em julgado, exceto:

- a)** se for proferida por juiz absolutamente incompetente;
- b)** se violar literal disposição de lei;
- c)** se depois da sentença o autor trazer qualquer documento capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;
- d)** se a sentença ofender a coisa julgada;
- e)** nenhuma das respostas anteriores.

=====